



12° CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL

La Plata, junio y septiembre de 2021

GT04: La seguridad en la agenda antropológica

La seguridad negociada y la muerte como posibilidad: una etnografía sobre estado, delito y religión en una favela brasileña

Ana Beraldo. Investigadora post-doctoral IDAES/Unsam, con beca del CONICET (Argentina); investigadora del Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), Brasil. anaberaldopsi@gmail.com

Resumen

Este trabajo presenta parte de los hallazgos de una investigación etnográfica que realicé entre 2017 y 2018 en una favela de amplias dimensiones ubicada en la ciudad de Belo Horizonte, en el estado de Minas Gerais, Brasil. El objetivo fue comprender cuáles son las lógicas normativas que organizan y dan sentido a la vida cotidiana y las relaciones de sociabilidad en este territorio. Es decir, ¿cuáles son las dinámicas de producción de orden social que hacen la vida inteligible y de qué modo esos procesos producen sujetos y subjetividades? En el contexto de mi indagación, marcado por las guerras entre bandas de narcotraficantes en conflicto mutuo y por la violencia policial, esa pregunta se conecta con otra: ¿cómo se crea y desarrolla la seguridad e inseguridad a partir de la interacción de múltiples actores que incluyen, aunque no se limitan al Estado (y su aparato policial y jurídico)? Con base en el material etnográfico producido, la ponencia sostiene que las dinámicas de sociabilidad en la favela se producen principalmente a partir de la triangulación de tres regímenes normativos: el

del “mundo del crimen”, el del estado, y el de la religión (católica, pero, principalmente las evangélicas en acelerada expansión). Sugiero que en este territorio (así como posiblemente en otros contextos de pobreza urbana latinoamericanos) la referida triangulación es fundamental para el establecimiento de los marcos interpretativos y morales que establecen quién es más o menos digno de respeto y quién, consecuentemente, estará más o menos provisto de seguridad. Son estos marcos, siempre maleables, los que también, en última instancia, definen quién es considerado humano o “gente” (con la seguridad que eso genera) y quién aparece como eliminable o “matable” (con la inseguridad que eso acarrea), o más simplemente, quién vive y quién muere en la favela

Palabras clave: *favela, seguridad, producción de orden, vida/muerte.*

Introdução

Este texto trata da construção social de segurança e de insegurança nas “margens” (Das & Poole, 2004). O trabalho se sustenta em pesquisa etnográfica realizada em uma grande favela da cidade de Belo Horizonte¹, Brasil, conduzida principalmente entre agosto de 2017 e setembro de 2018, embora conte também com retornos a campo entre abril e maio de 2019. A etnografia se deu a partir de visitas frequentes à favela (cerca de três a quatro vezes por semana), facilitadas por – mas não limitadas a – alguns espaços estratégicos: a) uma escola estadual; b) um cursinho pré-vestibular comunitário; c) um grupo cultural; d) dois Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); e) uma organização evangélica missionária internacional; e f) um centro de saúde. O campo consistiu de observações, anotações sistemáticas e entrevistas, mas também de diversas atividades grupais que ministrei, na maior parte das vezes em parceria com atores desses espaços, em uma abordagem metodológica que chamei de

1 Belo Horizonte é a capital do estado de Minas Gerais e a 6ª maior cidade do Brasil, com cerca de 2,5 milhões de habitantes.

“etnografia criativa” (Beraldo, 2020). Na escola, por exemplo, desenvolvi oficinas semanais sobre o cotidiano do Morro da Luz com estudantes de 12 a 14 anos de idade; no cursinho pré-vestibular comunitário, realizei atividades de debate e de escrita sobre o Morro da Luz em conjunto com um professor; em um dos CRAS, conduzi, com a psicóloga da unidade, uma série de encontros com moradores idosos cujo tema era a história da favela, e assim por diante.

A partir de fragmentos empíricos, defendo, no presente artigo, como tenho feito em outros trabalhos, que as dinâmicas de sociabilidade e de violência nas periferias urbanas brasileiras – e, em alguma medida, latino-americanas de forma geral – são atualmente balizadas pela coexistência entre lógicas estatais, criminais e religiosas (Beraldo, 2020; G. D. S. Feltran, 2012). Todas essas três lógicas se referem a campos que vem se transformando significativamente na região nas últimas cinco décadas. Se, por um lado, o continente viveu uma redução da violência política e uma melhoria no acesso a direitos a partir do declínio dos regimes militares; por outro, passa a lidar com um crescimento das violências criminais e interpessoais (Auyero & Kilanski, 2015; G. D. S. Feltran, 2007; Kessler, 2004). A questão da “insegurança” torna-se um problema público na região (Kessler, 2011; Machado da Silva, 1999; Sozzo, 2014) e passa a configurar, em alguns lugares mais do que em outros, preocupação central da atuação estatal, especialmente na lida com os pobres urbanos, vistos como criminosos em potencial (Corbelle, 2019; Machado da Silva, 2010; Motta, 2017; Sozzo, 2014; Tonkonoff, 2018; Zabaleta et al., 2019). Ao mesmo tempo, ocorreram também mudanças fundamentais no perfil religioso da população, com um enfraquecimento do catolicismo e uma pluralização da religiosidade, em que se destaca a expansão dos evangelismos, principalmente nas classes populares (Almeida & Montero, 2001; Birman & Leite, 2002; Carbonelli, 2015; Mallimaci & Giménez Béliveau, 2007; Semán, 2019). Hoje, nas periferias brasileiras e possivelmente em muitas outras espalhadas pela América Latina, as lógicas estatais, as do “mundo do crime”, e as religiosas (católicas, mas especialmente as evangélicas) atuam como regimes normativos em coexistência

(Beraldo, 2020; G. D. S. Feltran, 2012; G. de S. Feltran, 2010b). Isto é, nos territórios de pobreza urbana, a determinação de quais comportamentos e quais sujeitos são mais ou menos aceitáveis, desejáveis, ou reprováveis é feita, em grande medida, pelo estado, pela criminalidade, e pela igreja. Em se tratando de contextos atravessados por múltiplas formas de violência, essas três lógicas vão determinar quem estará mais ou menos provido de segurança na favela, uma vez que subdividem a população entre quem é considerado “humano” (com a segurança que isso acarreta) e quem é considerado “matável” (com a insegurança que isso acarreta).

O texto está dividido em três seções: na primeira, explico que o crime em Belo Horizonte se divide em vários grupos que se relacionam como inimigos; na segunda, analiso os enfrentamentos periódicos desses grupos e as classificações entre vidas mais ou menos importantes que decorrem dessas dinâmicas; e, por fim, me detenho na transitoriedade entre normatividades que um mesmo sujeito pode traçar ao longo de sua trajetória.

A configuração do crime em Belo Horizonte

Pulverização criminal

O “mundo do crime” em Belo Horizonte funciona de maneiras específicas se comparado à configuração criminal de outros contextos brasileiros mais frequentemente debatidos e certamente mais difundidos internacionalmente, como Rio de Janeiro e São Paulo. Em São Paulo, há a hegemonia de uma única organização criminosa, o Primeiro Comando da Capital (PCC). O grupo, que atua de maneira horizontalizada e pouco armada, regula os mercados ilícitos de drogas e roubos. O PCC difunde, primeiro nas prisões e depois nas periferias, uma moralidade própria, condensada no lema de “paz entre os ladrões, guerra contra o sistema”, e, assim, passa a controlar e reduzir enormemente os índices de homicídios em São Paulo (G. de S. Feltran, 2010a; Marques, 2010; Sinhoretto, 2014).

No Rio, por sua vez, conformaram-se três grandes organizações criminosas, fortemente armadas, que controlam o tráfico de drogas: Comando Vermelho (CV), Amigos dos Amigos (ADA) e Primeiro Comando Puro (PCP). Cada um desses três grupos, chamados de “facções”, domina favelas e bairros inteiros, e os conflitos acontecem principalmente quando uma facção tenta “tomar” determinada região até então gerida por algum dos grupos rivais (Barcellos, 2003; Lessing, 2008; Mattos, 2016). Além das facções, atuam também no Rio de Janeiro as milícias, que são grupos militarizados, conectados à polícia, que controlam bairros pobres, vendem proteção e monopolizam mercados de bens e serviços como gás de cozinha, sinal de TV a cabo e transporte. Os bairros periféricos do Rio são, então, divididos entre regiões dominadas ou pelo Comando Vermelho, ou pelo Terceiro Comando, ou pelo Amigos dos Amigos, ou, finalmente, pelas milícias, configurando uma peculiar realidade de pluralidade de ordens (Arias & Barnes, 2017).

Já em Belo Horizonte e na maior parte do estado de Minas Gerais, o tráfico varejista de drogas funciona de maneira pulverizada: divide-se em múltiplos grupos criminais de tamanho reduzido, de cerca de 10 a 12 jovens, que dominam porções pequenas e contíguas das favelas e bairros pauperizados. Ou seja, em um mesmo bairro, convivem vários grupos inimigos. Esses grupos, conhecidos como “gangues”, competem entre si no mercado de drogas e na demonstração de força e poder, em uma dinâmica de rivalidade violenta que se reproduz já há algumas gerações. Periodicamente e por uma diversidade de motivos que não se limitam à estruturação do tráfico em si mesma (como conflitos em torno de times de futebol, disputas por mulheres ou desentendimentos entre famílias, por exemplo), essa rivalidade se intensifica e produz picos de conflito, chamados nativamente de “guerras de gangues”.

A guerra como processo

Entrei no ônibus e ouvi a conversa da trocadora ao telefone. Ela dizia que as ruas haviam sido liberadas, que agora o ônibus poderia subir até o alto. Na entrada da

favela, vi alguns carros de polícia. O ônibus subia o morro e eu via cada vez mais carros, batalhão de choque, camburão. Desci do ônibus e entrei na escola, apreensiva. Encontrei com Rosângela², que me perguntou se havia sido tranquilo chegar lá. Eu perguntei o que estava acontecendo, e ela respondeu que era uma operação policial, que na noite anterior havia tido tiroteio devido a uma guerra entre gangues. Disse que depois que a polícia se estabelece, as coisas ficam mais tranquilas, que o problema é quando a polícia vai subindo o morro. Ela falava com certa naturalidade, como algo rotineiro. (Diário de Campo, conversa com professora, setembro de 2017).

As “guerras de gangues” não são confrontos simultâneos entre grupos inimigos, como a denominação pode fazer crer, mas são caracterizadas por sequências de homicídios, geralmente de caráter retaliatório, concretizados em formato de emboscada (Rocha, 2015, 2017; Zilli, 2011; Zilli & Beato, 2015). Nesse cenário, as mortes muitas vezes envolvem sujeitos vizinhos, não raramente conhecidos desde a infância. Essa configuração criminal está associada a duas fundamentais características da dinâmica dos homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): a enorme concentração dos assassinatos em territórios muito bem delimitados (Beato Filho et al., 2001; Chainey & da Silva, 2016; da Silva, 2014; Zilli & Beato, 2015) e a variabilidade dos índices, com “sobes e desces” significativos, ainda que sempre se mantendo altos (Antônio et al., 2011).

Durante a etnografia, em setembro de 2017, estourou uma “guerra” entre duas das muitas gangues do Morro da Luz, com tiroteios, execuções e torturas. Minhas idas a campo tinham tido início um mês e meio antes, e foram concluídas vários meses após o reestabelecimento da “trégua” entre os grupos. O cenário conflitivo fez com que a morte perpassasse quase todas as interações que travei com moradores e trabalhadores do Morro da Luz, ainda que eu nunca propusesse o tema. Tanto durante o ápice do embate quanto antes ou depois, a forma como algumas mortes (ou ameaças) eram mobilizadoras de emoções enquanto outras pareciam ser mais toleráveis (Gayol &

² Rosângela é professora da escola em que realizei oficinas semanais como parte do trabalho de campo. Todos os nomes aqui citados são fictícios.

Kessler, 2018) me chamava a atenção. Isto é, há uma desigualdade de valores de vida, em que algumas são mais valiosas do que outras, e, conseqüentemente, algumas são também mais precárias e frágeis do que outras (Butler, 2004, 2015), tendo maiores chances de serem alvos de violência ou de morte.

Os tiroteios sem vítimas

Antes mesmo de eu iniciar a etnografia propriamente dita, eu já registrava, desde o início de 2016, as notícias jornalísticas que envolvessem o Morro da Luz. Esse acompanhamento prolongado da situação da favela, ainda que obviamente menos consistente quando eu ainda não fazia as visitas ao bairro, possibilitou que eu percebesse a “guerra” como o processo que ela, de fato, é: a “guerra” acontece aos poucos, em uma escalada de tensão. Ainda em julho de 2017, tiroteios entre duas gangues eram noticiados recorrentemente pela mídia, e pareciam ser sinal de que algo pior estava por vir. Até meados de agosto as trocas de tiros, embora frequentes, não tiveram vítimas. Nesse momento, eu já estava em campo. A situação me parecia quase inverossímil: como é possível que grupos de jovens armados, localizados em territórios contíguos, troquem tiros durante várias noites e ninguém seja ferido? Júlio, um garoto negro de pele clara, 14 anos, muito magro e extremamente participativo nas atividades que conduzi na escola, comentou que as gangues muitas vezes trocam tiros sem o objetivo de atingir ninguém, “é tipo a Guerra Fria, professora”.

Em um primeiro momento, os tiroteios sem vítimas apareceram como uma incógnita para mim. Eu não conseguia entender como aquilo ocorria e menos claro ainda estava o motivo por trás do fenômeno. Com o passar do tempo, os efeitos das trocas de tiros tornavam-se um pouco mais evidentes. O tiroteio sem vítimas não poderia ser explicado puramente como um ato de “tiro pelo tiro”, mas parecia, antes, funcionar como uma advertência – a depender do que acontecesse nos próximos dias, os conflitos violentos teriam início. O aviso tinha dois endereçamentos. Primeira e mais obviamente, o alerta se direcionava à gangue rival, que deveria reconhecer a capacidade de destruição de

seu oponente. Em segundo lugar, mas não menos importante, a mensagem precisaria atingir a comunidade como um todo, que, diante da evidenciação do potencial violento dos grupos, deveria redobrar a atenção investida nas mínimas ações cotidianas a fim de evitar qualquer represália. Júlio tinha sido preciso quando propôs a Guerra Fria como analogia explicativa das trocas de tiro sem intenção de ferir o rival no Morro da Luz: assim como a relação entre Estados Unidos e a então União Soviética a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a situação na Luz configurava-se a partir de dois polos opostos que competiam entre si na demonstração de força e poder de influência, e a tensão aqui também era advinda do consenso de que o enfrentamento de fato entre os dois grupos poderia ter consequências catastróficas não somente para os diretamente envolvidos ou pertencentes aos polos, mas por todos. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na Guerra Fria, o enfrentamento entre as gangues veio a se concretizar no Morro da Luz (nesta e em outras tantas vezes).

Antes disso, porém, quando a circunstância ainda era a de tiroteios sem vítimas, circulavam boatos no *WhatsApp* sobre enfrentamentos violentos e toques de recolher. A sensação generalizada era a de que não se sabia muito bem o que era verdade e o que era mentira, mas que o cuidado deveria ser intensificado. Crianças foram buscadas antes do horário nas creches e escolas; Centros de Saúde encerraram as atividades uma hora mais cedo. O clima de apreensão foi agravado a partir da morte de um jovem de 17 anos em uma emboscada que contou com a participação de 15 homens. Informações sobre esse jovem não eram fornecidas pela mídia e a sua morte tampouco foi comentada pelos meus interlocutores. Dois dias depois, em 30 de agosto de 2017, uma mulher foi publicamente torturada na maior praça da favela.

A tortura da menina que “apronta”

Tem circulado a notícia de que uma mulher foi torturada na praça central da favela. Vi em uma reportagem televisiva que se tratava de uma jovem de 18 anos que fora espancada e tido os cabelos cortados à força por “bandidos”. A mulher,

depois de ter mãos e braços quebrados, teve uma arma apontada para a cabeça. Testemunhas teriam ligado para a polícia, que chegou no local a tempo de evitar que algo pior acontecesse. As vozes que anunciavam a notícia enfatizavam a ação da P.M. na comunidade, “cinco homens e três adolescentes foram detidos”, “arma e 125 pedras de crack foram apreendidas”. (Diário de Campo, agosto de 2017).

A violência das gangues pode ser – e muitas vezes é – também direcionada a moradores que não integram nenhum grupo criminal, em um transbordamento do uso da força pelos jovens envolvidos com o tráfico de drogas que molda diretamente o cotidiano de quem vive no Morro da Luz. Esse transbordamento pode acontecer tanto durante uma “guerra” quanto em momentos de “paz” (embora ocorra com bastante mais frequência na primeira situação) e atua como um dispositivo de produção de ordem criminal na favela. A tortura dessa garota é um exemplo disso.

O episódio foi televisionado e apareceu também na imprensa escrita. Como costuma acontecer quando são divulgadas na mídia situações de violência em favelas, as reportagens seguiam um padrão mais ou menos estruturado: a narração séria de um jornalista que olha diretamente para a câmera, a música de suspense ao fundo, as filmagens que mostram os carros policiais subindo a favela, os “bandidos” detidos, tentando ocultar os próprios rostos, as fotografias das apreensões feitas pela polícia (pacotes de drogas, armas, dinheiro). As notícias atualizam a concepção de que as periferias são antros da “violência urbana” e da barbaridade, e quase que invariavelmente associam as situações conflituosas a desentendimentos inerentes ao tráfico de drogas.

Já na favela, as explicações para o ocorrido eram muitas: diziam que a jovem estaria passando informações sigilosas entre gangues inimigas; que ela teria feito denúncias à polícia; que ela estaria transitando na área dominada pela gangue rival à que domina a parcela da favela em que reside; ou que ela teria se envolvido sexualmente com membros de dois grupos criminais distintos. Em uma transmissão televisiva

particularmente sensacionalista, uma moradora explica a situação à repórter: “ela apronta, fala o que não deve, usa droga, fica pra lá e pra cá”. Nos ônibus e nas ruas da Luz, o episódio era comentado, em geral, como um incidente triste, mas que não causava surpresa.

No dia 14 de setembro, dois integrantes de gangues do Morro da Luz são baleados. Os dois são levados a hospitais para tratar dos ferimentos e, quando se recuperam, são presos (já havia mandado de prisão para ambos por crimes anteriores). Agora não há mais espaço para dúvida. Tratava-se, definitivamente, do estouro de uma “guerra”. Estar em campo nesse período fez com que as dinâmicas criminais do Morro da Luz se tornassem mais claras para mim. Havia agora um cuidado redobrado dos moradores e trabalhadores da Luz, especialmente quando comentavam a situação da “guerra”. Essa cautela não impedia, porém, que permanecesse sendo esse o assunto primordialmente discutido nos encontros com os estudantes e nas conversas que eu travava com moradores e trabalhadores da favela. Se antes o tema aparecia nas oficinas na escola com frequência, agora era praticamente impossível falar sobre qualquer outro assunto.

A morte do jovem trabalhador

Pouco tempo depois, em um dos encontros, a inquietação dos alunos era ainda maior do que o usual. Conversas sussurradas, caminhadas apressadas pelos corredores, atenção redobrada ao celular.

Um garoto, Frederico, de 13 anos, cabelo raspado, negro de pele clara e bochechas que faziam com que parecesse mais novo do que realmente era, me disse, em voz baixa, que um rapaz que não tinha envolvimento com o tráfico havia sido assassinado na “guerra”. Perguntei a Fred se ele sabia a motivação que teriam para isso, e ele respondeu que o menino foi morto por ter escrito uma postagem no *Facebook* queixando-se do conflito que se instaurava na comunidade. Passados alguns minutos, uma garota disse que o rapaz assassinado era seu amigo e que tinha sido morto ao chegar na padaria para trabalhar. (Diário de campo, setembro de 2017).

Passados alguns minutos, uma garota disse que o rapaz assassinado era seu amigo e que tinha sido morto ao chegar na padaria para trabalhar. O ocorrido havia causada um impacto facilmente visível nos rostos, discursos e ações de quem vive e trabalha na Luz. Era um “menino bom”, um “trabalhador” que tinha sido covardemente executado de manhã cedo, chegando no lugar de trabalho. O “erro” era pequeno demais, ele não “merecia”.

Esses dois casos de violência extrema direcionada a moradores que não integravam gangues pareciam ser assimilados pela comunidade de forma geral de maneiras distintas e contar com efeitos também distintos. O caso da menina que foi torturada devido às suspeitas de que ela estaria passando informações para gangues inimigas (ou de que teria se relacionado com jovens de grupos rivais, ou de que teria feito denúncias à PM), embora certamente tenha gerado discordâncias ou revolta, era, de alguma maneira, compreensível (“ela apronta, fala o que não deve, usa droga, fica pra lá e pra cá”). O segundo caso era diferente: o menino que foi morto era reconhecidamente um “trabalhador” e seu “erro” era pontual e visto como pouco significativo. Essa morte tinha gerado uma comoção maior, os rostos dos adolescentes demonstravam uma perplexidade, um esforço em compreender o que tinha acontecido. A dificuldade de entendimento da morte violenta contribui para o caráter intolerável que algumas mortes adquirem (Gayol & Kessler, 2018) e, nesse caso, nem a vítima, nem a motivação e nem a situação pareciam condizer com a gravidade da “punição” que a este jovem fora imposta. Aquilo parecia ser um quebra-cabeças que não se encaixava – a reputação, o modo como ele era respeitoso, o local do homicídio, a causa – e, nesse contexto, o problema de um quebra-cabeças que não se encaixa é a sensação aterrorizante de que “eles podem matar qualquer um”.

Sujeitos que vivem em lugares em que, como o Morro da Luz, há uma alta incidência de mortes por causas externas (isto é, “não naturais”, com destaque para as decorrentes de violência e de acidentes), frequentemente desenvolvem mecanismos de

autoproteção na tentativa de escapar das múltiplas ameaças que encontram em suas trajetórias. É nesse sentido que Gayol e Kessler (2018) argumentam que no Fuerte Apache – um bairro pobre de Buenos Aires, frequentemente associado à pobreza, ao tráfico e à violência, estudado de perto pelos autores – há uma “gestão cotidiana da vida e da morte” em que são tomadas atitudes contínuas com vistas a evitar a própria morte e a morte de pessoas queridas (Gayol & Kessler, 2018).

A situação do Morro da Luz, ainda que obviamente distinta da de Fuerte Apache, é também caracterizada por uma constante necessidade de evitação de mal-entendidos, de cuidados redobrados, de “pensar duas vezes”, de atenção aos mínimos detalhes da vida na favela. Trata-se de uma tentativa de previsão da incidência da violência, constituindo o que parece ser a primordial forma de “gestão cotidiana da vida e da morte” no território, em uma negociação da segurança e da insegurança. Essa gestão, porém, é necessariamente inconclusa. Isso porque os processos sociais que permitem alguma previsibilidade da incidência da violência são dinâmicos e instáveis.

O que acontece, portanto, é que se instaura uma sociabilidade marcada por uma desconfiança generalizada, em que informações de um grupo podem ser transmitidas a outro, ou à PM, que, por sua vez – especialmente (mas não somente) em períodos de estouros de conflito, sobe o morro em “operações” e, diante da justificção associada à ideia de “guerra” como estado de exceção (Leite, 2012) –, age com brutalidade em relação a moradores envolvidos ou não no “mundo do crime”. Dessa maneira, todo alívio é sentido como passageiro, como algo que se experencia em um hiato temporal entre o último e o próximo embate. Isto é, qualquer trégua pode ser abruptamente interrompida por mais um conflito de gangues, por mais uma intervenção truculenta da polícia, por mais uma punição a moradores que não agem conforme o desejado pelos integrantes das gangues. Assim, a morte violenta se apresenta como uma possibilidade constante, e os sujeitos negociam, em seus cotidianos, os níveis de segurança que os protegem. Nesse cenário, crime, estado e igreja são as principais lógicas que

determinam níveis de segurança/insegurança, e, conseqüentemente, níveis de proximidade da morte violenta.

A permeabilidade das fronteiras

As desigualdades de valoração de vidas e de mortes estão presentes não somente quando se trata de sujeitos distintos, como fica evidente quando se compara os efeitos decorrentes da tortura da garota que “aprontava” e do homicídio do jovem “trabalhador” que havia reclamado da atuação das gangues em uma postagem do *facebook*. A instabilidade do valor da vida também pode acontecer ao longo da trajetória de um único indivíduo. Du, 60 anos, negro de cabelos grisalhos, magro e alto, ilustra bem essa questão. Eu o conheci quando ele participou da série de encontros sobre a história do Morro da Luz que conduzi em um dos CRAS da favela, e, a partir disso, nos encontramos diversas vezes ao longo dos meses.

O tráfico de drogas e a tentativa de homicídio

Du, quando jovem, era traficante. Por algum tempo, ele e o irmão mais velho, Zé, conseguiram ganhar dinheiro em um período de muita dificuldade na favela. Entre o fim da década de 1970 e início dos anos 1980, a turma de Du e Zé, que depois passou a ser nomeada como “gangue”, ganhou proeminência nos negócios de venda de drogas ilícitas. Du se lembra de um dia em que estava sentado em uma mureta de um barraco e passou por ele uma moça que o abordou para conversar sobre religião, Deus, e a possibilidade de ele abandonar “essa vida”. Ele diz que no momento não deu muita importância a ela ou àquela conversa. Du, então, continuou no crime. Eles viajavam para buscar a droga no Rio de Janeiro, recorda. Outros grupos criminais também se fortaleciam no Morro. As vendas tornavam-se mais lucrativas, as gangues mais competitivas. O armamento foi se espalhando, e, com ele, o perigo de seguir naquela atividade. Depois de um evento de perseguição policial, Zé, seu irmão, foi morto com um tiro nas costas.

Em algum momento, Du passou a consumir as drogas que deveria vender e se tornou dependente. Ele se viu imerso em um ciclo de dívidas com a gangue de que fazia parte e já não conseguia mais sustentar o próprio vício. Ele relata de forma vaga que sofreu um atentado (“quase morri, menina”), e que, em meio a seu estado de confusão mental causado pelos tiros que atingiam seu corpo, lhe veio à mente a imagem daquela moça religiosa com quem conversara alguns meses – ou até mesmo anos – antes. Foi alvejado várias vezes, sobreviveu “por um milagre”. Du é internado em estado grave no hospital, e de lá recebe constante apoio de membros da igreja católica.

A conversão

A partir de então, as principais atividades de Du se dariam entorno de eventos promovidos pela igreja. Essa “transformação” de um viciado/traficante em uma pessoa “da igreja” foi o que o protegeu de ser alvo de outros ataques – embora ele ainda hoje, décadas após o ocorrido, não possa circular na região dominada pela gangue da qual fazia parte. Por pouco a sua morte não se uniu à de Zé e a de outros tantos de seus companheiros de juventude. Du, até então na condição de um mal bandido/viciado, se morto, provavelmente seria tido como “mais um”. Tudo indica que, nas dinâmicas que produzem classificações entre mortes mais ou menos toleráveis (GAYOL; KESSLER, 2018), a de Du seria menos mobilizadora do que outras. Mas ele sobreviveu e se transformou.

Du construiu para si uma carreira como artesão, e agora as miniaturas que faz em madeira são sua primordial fonte de renda. Em algum ponto de sua trajetória – não fica claro qual –, Du se tornou evangélico e assíduo frequentador de um dos muitos templos do Morro da Luz. As balas que seguem alojadas em seu corpo tornaram-se lembranças concretas de um passado distante. Quando Du começa a construir suas relações nos meios religiosos (inicialmente, católicos, e, posteriormente, evangélicos) e quando se empenha em aprimorar o que chama de “talentos manuais”, Du já não é mais quem foi durante boa parte de sua vida: as lentes pelas quais vê o mundo, a favela e a si mesmo

passam a ser as lentes de um “convertido”, de alguém que, em meio a uma realidade de sofrimento e violência, logrou ser salvo, e, simbolicamente, essa salvação parece só ter sido possível por estar ancorada no transcendental (Birman & Machado, 2012).

Depois de meses do fim do meu trabalho de campo, voltei ao Morro da Luz algumas vezes para encontrar amigos e fazer entrevistas complementares. Encontrei com Du, que me relatou que estava tendo problemas com um de seus filhos, o qual tinha “entrado pro tráfico” e passado a se comportar de maneira violenta. Du me contou que o garoto jogou fora dezenas de peças de artesanato que seriam a principal fonte de sustento da família nas próximas semanas. Diante dessa situação, Du decidiu chamar a polícia, que, segundo ele, teria tratado o ocorrido com descaso e sido agressiva com Du, ainda que fosse ele a vítima da situação. Quando os PMs foram embora, os “meninos do crime” foram até sua casa para que Du sentisse as consequências de ter chamado a polícia, e o submeteram a sessões de espancamento. O episódio havia acontecido uma semana antes e ele relata que desde então não pôde voltar para casa e estava morando nas ruas da comunidade. Mesmo sendo evangélico e “trabalhador”, Du é e para sempre será “ex-bandido”.

O relato de Du me fazia pensar na instabilidade que caracteriza sua trajetória. Sua vida – e a possibilidade de morte a ela atrelada – tem seu valor modificado de acordo com as interlocuções simbólicas e materiais entre os regimes normativos do crime, do estado e da igreja. Ele chegou muito perto da morte quando era “bandido”, tornou-se viciado e se endividou. Du, nesse momento, era um “mal bandido”, alguém que “não respeitava” e não “merecia respeito”. Depois de ser vítima de uma tentativa de assassinato, Du se converteu, tornou-se um religioso, um “ex-bandido”, um “trabalhador”. Mas seu passado nunca deixaria de fazer parte de quem ele é, e, diante do conflito com o filho (atual “bandido”), sua vida (e sua morte), passam a ser, novamente, menos significativas (Butler, 2006, 2015; Gayol & Kessler, 2018).

Em um processo instável e informado por uma variedade de regimes normativos, a precariedade da vida e o destino de Du são impermanentes e mostram a importância

do caráter situacional da construção cotidiana do “certo” e a característica maleável da normatividade no território.

Notas finais

No Morro da Luz, os sujeitos se veem em uma constante negociação entre segurança e insegurança, e em uma também constante lida com a morte violenta enquanto horizonte de possibilidade. Em se tratando de um contexto marcado por violência, a triangulação estado-igreja-crime vai definir, em grande medida, quem vive e quem morre na favela.

Referências Bibliográficas

- Almeida, R., & Montero, P. (2001). Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo Em Perspectiva*, 15(3), 92–101.
- Antônio, M., Marinho, C., & Andrade, L. T. (2011). O sobe e desce das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública 1. *Dilemas*, 4(2), 229–259.
- Arias, E. D., & Barnes, N. (2017). Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil. *Current Sociology*, 65(3), 448–465. <https://doi.org/10.1177/0011392116667165>
- Auyero, J., & Kilanski, K. (2015). Managing in the Midst of Social Disaster: Poor People’s Responses to Urban Violence. In *Violence at the Urban Margins* (pp. 189–211). Oxford University Press.
- Barcellos, C. (2003). *Abusado: o dono do Morro Dona Marta*. Record.
- Beato Filho, C. C., Assunção, R. M., da Silva, B. F. A. da, Marinho, F. C., Reis, I. A., & Almeida, M. C. de M. (2001). Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(5), 1163–1171. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000500017>
- Beraldo, A. (2020). *Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte*. Universidade Federal de São Carlos.

- Birman, P., & Leite, M. P. (2002). O que aconteceu com o antigo maior país católico do mundo? In L. Bethel (Ed.), *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira* (pp. 323–348). Civilização Brasileira.
- Birman, P., & Machado, C. (2012). A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(80), 55–69. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300004>
- Butler, J. (2004). *Precarious Life: Precarious Life*. New York. <https://doi.org/10.1177/107780040100700405>
- Butler, J. (2006). *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. Verso.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* (1st ed.). Civilização Brasileira.
- Carbonelli, M. (2015). Pan y palabras. La inserción evangélica en la gestión pública en Argentina. *Religião & Sociedade*, 35(2), 73–95. <https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap03>
- Chainey, S. P., & da Silva, B. F. A. (2016). Examining the extent of repeat and near repeat victimisation of domestic burglaries in Belo Horizonte, Brazil. *Crime Science*, 5(1), 1–10. <https://doi.org/10.1186/s40163-016-0049-6>
- Corbelle, F. (2019). La construcción social del “problema de la droga” en Argentina, 1919-2018. *Revista Ingesta*, 1(1), 14–40. <https://doi.org/10.11606/issn.2596-3147.v1i1p14-40>
- da Silva, B. F. A. (2014). Social Disorganization and Crime: Searching for the Determinants of Crime at the Community Level. *Latin American Research Review*, 49(3).
- Das, V., & Poole, D. (Eds.). (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. Oxford University Press.
- Feltran, G. D. S. (2007). Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 72, 83–114. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000300004>

- Feltran, G. D. S. (2012). Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2(11), 232–255.
- Feltran, G. de S. (2010a). Crime e castigo na cidade: Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, 23(58), 59–73. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100005>
- Feltran, G. de S. (2010b). Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*, 79, 201–233. <https://doi.org/10.1590/s0102-64452010000100009>
- Gayol, S., & Kessler, G. (2018). *Muertes que importan: una mirada sociohistórica sobre los casos que marcaran la argentina reciente* (1st ed.). Siglo XXI Editores Argentina.
- Kessler, G. (2004). *Sociologia del delito amateur*. Paidós.
- Kessler, G. (2011). La extensión del sentimiento de inseguridad en América Latina: Relatos, acciones y políticas en el caso Argentino. *Revista de Sociología e Política*, 19(40), 83–100. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300007>
- Leite, M. P. (2012). *Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro*.
- Lessing, B. (2008). As facções cariocas em perspectiva comparativa. *Novos Estudos - CEBRAP*, 80, 43–62. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100004>
- Machado da Silva, L. A. (1999). Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociología e Política*, 13, 115–124. <https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000200009>
- Machado da Silva, L. A. (2010). Polícia e Violência Urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica*, 15(1), 67–82. <https://doi.org/10.4000/etnogra>
- Mallimaci, F., & Giménez Béliveau, V. (2007). Creencias e increencia en el Cono Sur de América: Entre la religiosidad difusa, la pluralización del campo religioso y las relaciones con lo público y lo político. *Revista Argentina de Sociología*, 5(9), 44–63.
- Marques, A. (2010). “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações

- políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, 14(2), 311–335.
- Mattos, C. dos S. (2016). Uma etnografia da expansão do mundo do crime no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(91), 01. <https://doi.org/10.17666/319110/2016>
- Motta, L. D. (2017). *Fazer estado, produzir ordem: sobre projetos e práticas na gestão do conflito urbano em favelas cariocas*. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
- Rocha, R. L. S. (2015). A guerra como forma de relação: Uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. *Dilemas*, 8(2), 277–301.
- Rocha, R. L. S. (2017). *Vinganças, guerras e retaliações: Um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- Semán, P. (2019). ¿Quiénes son? ¿Por qué crecen? ¿En qué creen? Pentecostalismo y política en América Latina. *Nueva Sociedad*, 280, 26–46.
- Sinhoretto, J. (2014). Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. *Dilemas*, 7(1), 167–196.
- Sozzo, M. E. (2014). Delito común, inseguridad y respuestas estatales. Inercia e innovación durante la década kirchnerista a nivel nacional en Argentina. *Cuestiones de Sociología*, 10, 1–15.
- Tonkonoff, S. (2018). Cultura de consumo, juventud, delincuencia. *Cuestiones Criminales*, 1(1), 156–170.
- Zabaleta, M., Delfino, P., & Sarti, S. (2019). Consideraciones críticas sobre el abordaje del problema del narcotráfico en Argentina. In *Revista Ius* (Vol. 13, Issue 44). <https://doi.org/10.35487/rius.v13i44.2019.466>
- Zilli, L. F. (2011). “O bonde tá formado”: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. Universidade Deferal de Minas Gerais.
- Zilli, L. F., & Beato, C. (2015). Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de



atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Dilemas*, 1, 73–110.